



# O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 7410 | Salvador, quinta-feira, 15.03.2018

Presidente Augusto Vasconcelos



FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Setor elétrico corre risco  
com venda da Eletrobras

Página 4

## Outro mundo é possível na comunicação

MANOEL PORTO



Sindicato promove debate sobre a mídia sindical e a necessidade de democratizar a comunicação no país

O Sindicato dos Bancários da Bahia está aí para provar que outro mundo é possível na comunicação. Diferentemente do que se vê nos grandes veículos comerciais, que servem às elites e mascaram a realidade para o povo, a entidade faz um contraponto ao capital. A experiência do SBBA foi apresentada, ontem, no Fórum Social Mundial. Página 3



# Contribuição sindical em debate

Procurador do MPT da Bahia afirma ser legítimo o desconto

FABIANA PACHECO  
imprensa@bancariosbahia.org.br

**O GOVERNO** Temer tenta sufocar o movimento sindical, para deixar o trabalhador vulnerável ao grande capital. Para isso, impôs a reforma trabalhista. Além de por fim a direitos históricos dos brasileiros, a nova legislação acabou com a obrigatoriedade da contribuição sindical. O objetivo é enfraquecer as categorias.

Para discutir o assunto, as entidades sindicais da Bahia tiveram audiência com o procurador Pacífico Antônio do



Procurador do MPT-BA com presidente da CTB e outros dirigentes sindicais

Ministério Público do Trabalho do Estado, ontem. O presidente da CTB Nacional, Adilson Araújo, que também é bancário, destacou que o artigo 8º da Constituição Federal - Carta Magna do país - orienta sobre a autonomia

sindical, a livre organização e o direito da fixação à contribuição sindical.

Acabar com o direito do trabalhador de contribuir é inconstitucional. Posicionamento compartilhado pelo procurador. Ele garantiu que não vai questionar

os aspectos da contribuição sindical quando a decisão for tomada em assembleia realizada pelos sindicatos. O presidente da CTB-BA, Pascoal Carneiro, lembrou que, diante do cenário de retrocessos, somente um Sindicato forte pode garantir proteção.

O presidente da Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe, Hermelino Neto, lembrou que os bancários, cuja data-base é 1º de setembro, têm os direitos garantidos até 31 de agosto, “mas o Comando Nacional vai negociar com a Fenaban a validade do acordo até a aprovação de outro”.

Procurador diz que não vai questionar contribuição sindical



## Na eleição da Funcef, vote Chapa do Participante

**NA ELEIÇÃO** dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da Funcef, que acontece entre os dias 2 e 4 de abril, o Sindicato dos Bancários da Bahia apoia a Chapa do Participante.

Um nome de peso no movimento sindical baiano integra a chapa: Emanuel Souza, secretário-geral da Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe. Empregado da Caixa desde 1982, tem participação expressiva nas principais lutas da categoria.

Foi diretor da Fenae, presidente da Feeb e do Conselho Fiscal da Funcef entre 2006 e 2010.

Serão eleitos três diretores, mais dois participantes do Conselho Deliberativo e os suplentes. Também um participante do Conselho Fiscal e o respectivo suplente. O mandato é de quatro anos.

### Vote pelo app

Está disponível para *Android* e *IOS* (*Play Store* ou *Apple Store*) o aplicativo da Funcef.

## Cassi: o voto é na Chapa 3

**COM** o entendimento de que é necessário valorizar o corpo social da Cassi, tanto os aposentados, que criaram a Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil, quanto os bancários da ativa, a Chapa 3 disputa as eleições para escolha dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e para a Diretoria de Saúde e Rede de Atendimento.

A Chapa 3, que tem o apoio do Sindicato dos Bancários da Bahia, se propõe a promover

mudanças na gestão de modo a reaproximar a Cassi do objetivo para o qual foi constituída: garantir assistência à saúde aos funcionários, com qualidade e segurança.

A votação começa amanhã e segue até o dia 28 de março. Os bancários da ativa votam no sistema interno, já os aposentados no terminal de autoatendimento do banco. A ex-diretora do Sindicato, Érica Mendonça, faz parte da Chapa 3.



## Encontro de Guanambi no sábado

**OS IMPACTOS** da nova legislação trabalhista, em vigor desde novembro, e os prejuízos da reforma da Previdência são alguns dos muitos assuntos a serem tratados pelo Sindicato dos Bancários da Bahia, sábado, durante o Encontro de Guanambi e região.

A pauta tem ainda campanha salarial, condições de trabalho, insegurança nas agências, sobretudo no interior, e o desmonte dos bancos públicos. O encontro, que tem como palestrante o presidente do SBBA, Augusto Vasconcelos, acontece no restaurante Chico Rei, a partir das 11h.

A participação dos bancários é fundamental. Esse é o momento de a categoria discutir amplamente sobre perspectivas para o futuro, inclusive do país, que passa por um processo de desconstrução de tudo o que foi alcançado nos últimos anos, e também traçar estratégias para a campanha salarial.

# Mídia diferenciada para contrapor o capital

## Painel do Sindicato faz reflexão sobre a comunicação

ROSE LIMA  
imprensa@bancariosbahia.org.br

**A GRANDE** mídia brasileira, controlada por apenas cinco famílias, ajuda a ampliar a secular desigualdade social e alimenta os discursos de ódio que dominam o cenário nacional.

Para enfrentar o poder econômico que os grandes grupos de comunicação representam, do outro lado está a mídia alternativa. Entre os veículos de referência nacional, os do Sindicato dos Bancários da Bahia.

A entidade está no Fórum Social Mundial. No painel apresentado ontem, com o tema *Mídia sindical e a democratização dos meios de comunicação*, os participantes, que lotaram a sala 11 da Faculdade de Comunicação da UFBA, puderam conhecer um pouco da experiência da entidade e também discutir estratégias para que a mídia alternativa ocupe mais espaço na sociedade.



FOTOS: MANOEL PORTO



No Fórum Social Mundial, Sindicato discute a mídia alternativa como forma de oferecer uma visão diferente da mostrada na imprensa comercial, a serviço do mercado

O presidente do SBBA, Augusto Vasconcelos, destaca que a democratização da comunicação deve ser prioridade para os movimentos social e sindical. Posicionamento compartilhado pela coordenadora geral da FNDC (Fórum Nacional pela

Democratização da Comunicação), Renata Mielli, que destacou que os grandes meios de comunicação impõem discursos preconceituosos, muitas vezes sutis, além de marginalizar os movimentos social e sindical, que estão ao lado do povo.

## Prazo para PLR é 31 de março

**OS EMPREGADOS** da Caixa aguardam o atendimento da solicitação do Sindicato de antecipação do pagamento da segunda parcela da PLR (Participação nos Lucros e Resultados). A data limite, conforme o ACT (Acordo Coletivo de Trabalho), é 31 de março.

A PLR é fruto da mobilização dos trabalhadores e do movimento sindical. A Caixa começou a pagar o benefício em 2004. Além disso, desde 2011 a instituição financeira distribui 4% do lucro líquido entre todos os empregados,



JOÃO UBALDO

Bancário ainda espera PLR Social

correspondentes à PLR Social, conquistada na campanha salarial de 2010.

## Empregados mobilizados em defesa do Saúde Caixa

**OS EMPREGADOS** estão mobilizados em defesa do Saúde Caixa. Os conselheiros eleitos da assistência médica esperam ter acesso aos números de 2017 na reunião do próximo dia 23. Até agora, os dados não foram divulgados.

A direção insiste que o modelo de custeio do plano é insustentável para tentar justificar a redução da participação da empresa e o

aumento realizado de forma unilateral.

Graças à liminar obtida pelas entidades que representam os bancários de todo o país, o aumento está suspenso até o julgamento da ação na Justiça do Trabalho, marcado para 30 de maio. É importante destacar que o reajuste infringe o acordo coletivo de trabalho, vigente até 31 de agosto.

# Venda da Eletrobras pode causar apagão

A privatização leva à desnacionalização do setor elétrico no Brasil

ANA BEATRIZ LEAL  
imprensa@bancariosbahia.org.br

**NA ÂNSIA** de entregar o patrimônio nacional, o governo ignora totalmente os riscos da privatização da Eletrobras. A venda pode ocasionar um novo apagão, como registrado em 2001, no governo FHC. A privatização da estatal leva à desnacionalização do setor elétrico e à perda



Em 2001, Brasil viveu uma grave crise energética. Risco de apagão é iminente com privatização

da capacidade da União de gestão dos recursos naturais e energéticos.

A Medida Provisória 814 e o Projeto de Lei 9463/2018 tratam da mudança do marco legal do setor elétrico e da venda da Eletrobras, maior empresa de geração elétrica do país, construída desde 1951.

A redução da participação do Estado foi aprovada no Comitê Gestor do Conselho do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos). O modelo de Temer segue os moldes de FHC. Vale lembrar que em 2001 o Brasil viveu uma grave crise energética. O custo da energia subiu absurdamente.

Temer se dedica à entrega total das riquezas ao capital estrangeiro. Analistas estimam que o valor do parque gerador da Eletrobras seja de R\$ 370 bilhões. No entanto, o objetivo é vender por menos de 10% da quantia. Desvalorização.



SAQUE

Rogaciano Medeiros

**LIÇÃO** Na alegre, plural e extensa marcha que abriu o Fórum Social Mundial em Salvador, a possibilidade de ver, ao vivo e a cores, a imensa diferença entre os que resistem e os que oprimem. Na face de cada um dos participantes que caminharam, na terça-feira, entre o Campo Grande e a praça Castro Alves, a imagem da esperança, da razão de viver por causas justas, da certeza de que um mundo melhor é possível. Bem diferente do Encontro de Davos, na Suíça, onde homens engratados, mal humorados e amargurados reverenciam o “deus” mercado e tramam contra a humanidade, como se eles próprios não fossem humanos. Tolos.

**RESSUSCITAÇÃO** Realmente, os setores ultraconservadores golpistas têm supremacia no controle do Estado, em especial no Judiciário, e hoje a possibilidade maior é de que Lula seja mesmo preso. Mas, ainda há chance de o Estado de direito ser ressuscitado. Até mesmo na direita há dúvidas e divisões sobre a prisão do ex-presidente. No STF, por exemplo, ganha corpo um movimento que considera uma desmoralização para a corte máxima permitir tamanha violação à Constituição.

**PLANO** A articulação dos ministros contrários à prisão em segunda instância, que é inconstitucional, para recolocar o tema em discussão no STF, põe o decano Celso de Mello como o principal ator. A ele caberá a tarefa de chamar a atenção da presidenta Cármen Lúcia para a necessidade histórica de o Supremo se posicionar sobre o assunto, com manifestações de apoio logo em seguida de Gilmar Mendes, Marco Aurélio Mello, Ricardo Lewandowski e Rosa Weber. É a saída encontrada.

**IRONIA** Por incrível que pareça, o movimento no STF para impedir a prisão em segunda instância, o que contraria o artigo 5º da Constituição, parte de ministros tidos como conservadores, como Celso de Mello, Gilmar Mendes e Marco Aurélio Mello. Enquanto isso, a imensa maioria dos sete indicados por Lula e Dilma - sem contar Teori Zavascki, falecido - são coniventes ou se omitem diante dos ataques ao Estado democrático de direito. Inclusive a presidenta Cármen Lúcia. Infelizes indicações.

**DESPOTISMO** Caso seja mesmo concretizada, a prisão de Lula significará a ruptura total com os mais elementares princípios do Estado de direito e da democracia. Afinal, além de ferir o artigo 5º da Constituição será uma inaceitável violação à vontade do povo, pois o ex-presidente é líder absoluto e disparado em todas as pesquisas da corrida presidencial. Como dizia Ruy Barbosa, a ditadura do Judiciário é a pior de todas.

## Uso de agrotóxicos em alimentos

**A BANCADA** ruralista coloca cada vez mais as manguinhas de fora. Agora cobra a conta pela salvação de Temer das denúncias da Procuradoria-Geral da República. Os parlamentares da bancada querem que seja acelerada a pauta que afeta diretamente a saúde do brasileiro: o processo de liberação de agrotóxicos.

A prioridade é aprovar um projeto de lei para acabar com o poder de veto de órgãos técnicos como a Anvisa e o Ibama no uso de componentes químicos no plantio de alimentos. Caso seja aprovado, o risco de doenças à população é enorme.



Agrotóxicos em alimentos geram risco à saúde